



Faculdade Presbiteriana
Mackenzie
Brasília

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE PROCESSO NAS CORTES SUPERIORES

Objetivo do curso

Capacitar profissionais da área do direito na área de processo civil e suas variadas temáticas atuais, visando ao aprimoramento na interpretação analítica e crítica (construtiva) do Código de Processo Civil/2015 (CPC/2015), sob a ótica dos julgados proferidos pelas Cortes Superiores, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Público alvo

Advogados privados com atuação direta e indireta em Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Cortes Superiores; advocacia pública (federal, estadual/distrital e municipal); membros da magistratura federal e estadual/distrital; membros e servidores do Ministério Público (federal/estadual); Membros e servidores da Defensoria Pública (federal/estadual); servidores dos Tribunais Superiores, Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais; departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas; bacharéis em direito.

Diferenciais

Proposta acadêmico-profissional com ênfase em ambientes colaborativos de aprendizagem, mediante abordagem de ensino híbrido correspondente ao modelo pedagógico CHAVE da FPMB, valorizando a experimentação no modelo de gestão pedagógica.

Enfoque voltado para a compreensão do direito processual a partir da jurisprudência das Cortes Superiores.

O curso também prevê a realização de atividades de conteúdo prático, por meio de seminários participativos, oficinas práticas, entre outras, com o objetivo de proporcionar a experimentação do conteúdo teórico em simulações de atividades profissionais.

Duração: 18 meses

Carga horária: 432 horas/aula

Coordenador do curso: Prof. Msc. Fabiano Tesolin

Investimento: 21 parcelas de R\$ 1020,00. Com desconto de antecipação, 21 parcelas de R\$ 816.

ESTRUTURA CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

MÓDULO I: Novos Desafios do Novo Processo Civil Brasileiro (120h)	
COMPONENTE CURRICULAR	CH
Elementos fundamentais do processo civil contemporâneo: as principais inovações do CPC/2015	44
Aspectos Teóricos e Práticos dos Processos Coletivos e Estruturais	16
Tópicos Avançados da Teoria Geral de Recursos e Recursos ordinários em espécie: Agravo de instrumento e apelação	32
Honorários Advocatícios: CPC/2015 e jurisprudência dos Tribunais	12
Laboratório de pesquisa de jurisprudência	16

MÓDULO II: Recursos Excepcionais e Cortes Superiores (84h)	
COMPONENTE CURRICULAR	CH
Elementos Introdutórios dos Regimentos Internos nas Cortes Superiores	12
Ordem dos processos nos tribunais e teoria geral dos recursos excepcionais	12
Recursos excepcionais em espécie: recurso extraordinário, recurso especial, agravos e embargos de divergência.	32
Recursos internos nas Cortes Superiores: Agravo interno (regimental) e embargos de declaração.	12
Workshop de recursos excepcionais	16

MÓDULO III: Sistema de Precedentes Judiciais e Resolução de Temas Repetitivos nos Tribunais (84h)	
COMPONENTE CURRICULAR	CH
Aspectos essenciais do sistema brasileiro de precedentes	12
Repercussão Geral e Recursos Repetitivos nas Cortes Superiores	12
Novos instrumentos de formação de precedentes: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência (IAC)	32
Reclamação Constitucional	12
Laboratório de precedentes	16

MÓDULO IV: Competência Originária nos Tribunais (72h)	
COMPONENTE CURRICULAR	CH
Mandado de Segurança e Recursos Ordinários no STF e STJ	16
Ação rescisória e conflito de competência	24
Tutela provisória dos tribunais	16
Método e técnicas de pesquisa I	12
Oficina de ações originárias	16

MÓDULO V: Processo Constitucional e Penal nas Cortes Superiores (72h)	
COMPONENTE CURRICULAR	CH
Novos contornos da jurisdição constitucional	20
Habeas Corpus: Principais teses nos tribunais	12
Ações penais e procedimentos investigatórios: A competência originária das Cortes Superiores	12
Métodos e Técnicas de Pesquisa II	12
Núcleo de atividades profissionais nos Tribunais	16

CORPO DOCENTE

Fabiano da Rosa Tesolin

Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Constitucional pelo IDP/DF. Graduado em Direito pela PUC/PR. Coordenador e Professor do curso de pós-graduação Processo nas Cortes Superiores da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB). Professor da Graduação em Direito da FPMB. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Membro do Núcleo de Pesquisa de Direito Processual Comparado da UFPR. Pesquisador externo da Escola Nacional de Formação de Magistrados-ENFAM. Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

<http://lattes.cnpq.br/5463822284667829>

Ana Lucia Pretto Pereira

Mestrado (2009) e Doutorado (2013) em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, com doutorado-sanduíche em Teoria do Direito na Universidade de Harvard (2012). Pós-doutorado em Processo Constitucional no Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil (2014). Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2007). Ex-Assessora de Ministro no Superior Tribunal de Justiça.

<http://lattes.cnpq.br/1636566579454782>

André Cavalcanti Erhardt

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Direito da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas. Procurador Federal, estando atualmente cedido ao Superior Tribunal de Justiça para o exercício do cargo de Assessor de Ministro.

<http://lattes.cnpq.br/2705178132594925>

André Salge Pereira

Mestrando em Direito na Universidade de Brasília - UnB (2020). É especialista em Direito, Estado e Constituição pela União Educacional do Planalto Central - Uniplac. Possui graduação em Direito pela Universidade de Uberaba. Professor da Pós-Graduação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB). Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Assessor de Ministro do STJ.

<http://lattes.cnpq.br/5334856118594530>

Daniel Marchionatti Barbosa

Doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Ex-Magistrado Instrutor e Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal. Ex-professor da UFRGS e da ENFAM. Juiz Federal na 4ª Região. Juiz Auxiliar da Corregedoria do Conselho da Justiça Federal.

<http://lattes.cnpq.br/2127600699428187>

Fernando Luis Silveira Correa

Experiência como assessor na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão da PGR para defesa de direitos humanos. Experiência como professor em faculdades de direito, em especial o UNICEUB, entre 1996 e 2001. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Assessor de Ministro do STJ.

Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Mestre em Direito Público pela UFPE. Professor Adjunto do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Aprovação em diversos concursos públicos. Publicação de capítulos de livros, de vários artigos em revistas especializadas e participação como conferencista em congressos e eventos na área jurídica. Juiz Instrutor no Superior Tribunal de Justiça.

<http://lattes.cnpq.br/2688243453826520>

João Paulo de Franco Alcântara

Graduado pela Faculdade de Direito da UnB (2006) e pós-graduado (Direito, Estado e Constituição) pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Planalto Central (2007). Trabalha com pesquisa de jurisprudência em banco de dados desde 2008. Já atuou como instrutor no Superior Tribunal de Justiça, na Procuradoria-Geral da República, na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e no Conselho da Justiça Federal.

João Pires de Carvalho Junior

Formado em Direito pela UniDF, com especialização em Direito Processual Civil pelo UniCEUB. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Atualmente é assessor da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Foi assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça de 2005 a 2019.

<http://lattes.cnpq.br/8322634739967904>

Julia Maurmann Ximenes

Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília, mestrado em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba e doutorado em Sociologia Política pela Universidade de Brasília. Pós-Doutora pela Universidade da Califórnia/Davis. Professora do curso de Direito e Coordenadora da Pós-Graduação da Faculdade Mackenzie de Brasília/DF. Professora Colaborada da Escola Nacional de Administração Pública.

<http://lattes.cnpq.br/4707000313816507>

Luiz Henrique Krassuski Fortes

Professor de Direito Processual Civil e Constitucional e Advogado em Brasília/DF. Membro do IADF, da ABDPC, do IDBP e da Comissão de Advocacia nos Tribunais Superiores da OAB/DF, é Doutorando em Direito Processual Constitucional na UFPR, além de mestre e graduado em direito pela mesma instituição. Foi Oficial de Gabinete em gabinete de Ministro no STF.

<http://lattes.cnpq.br/3368607437602344>

Hugo Lemes

Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduado pelo Instituto de Direito Público – IDP. Professor Assistente no programa de graduação em direito (UERJ). Ex-Assessor de Ministro do TCU. Advogado.

<http://lattes.cnpq.br/1894937214855653>

Mariana Camargo Rocha

Possui graduação em direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal -UDF (2006), Pós-graduação em ordem jurídica do Ministério Público - FESMPDFT, Pós-Graduação em Gestão de Processos Acadêmicos (2016). Mestranda em direito pela Universidade de Brasília - UNB. Tem experiência como professora em Faculdade de Direito desde 2011, Instrutora na Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça.

<http://lattes.cnpq.br/1326639265000894>

Mauro Pedroso Gonçalves

Doutorando e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-graduado em Direito Processual Civil e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Ex-assessor de Ministro no Superior Tribunal de Justiça. Advogado.

<http://lattes.cnpq.br/9431826461175434>

Maximiliano Ferreira Tamer

Advogado da União, Ex-Assessor de Ministro no STJ por 18 anos, Instrutor da Escola Corporativa do STJ desde 2008, atualmente Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Paula Pereira Pessoa

Doutora e mestre em Direito Processual pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora visitante no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law. Especialização em Direito Processual Civil pela

Universidade Federal da Bahia. Professora na Graduação e no Mestrado na Universidade Católica de Brasília. Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

<http://lattes.cnpq.br/5858811334421706>

Raíssa Saback Maltez Gurgel

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2009). Especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto de Direito Público - IDP (2017). Atuou como advogada e professora do Núcleo de Práticas Jurídicas do UniCeub de 2012 a 2014. Atualmente é analista judiciário do Superior Tribunal de Justiça, tendo exercido o cargo de Assessora de Ministro do STJ.

<http://lattes.cnpq.br/4317090122414491>

Renato Castro

Mestre e especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP, professor da Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Diretor da Associação Brasileira de Direito Processual Civil (ABPC). Juiz de Direito Titular da 19ª Vara Cível do TJDF.

<http://lattes.cnpq.br/9993964773154572>

Renato Cesar Guedes Grilo

Procurador da Fazenda Nacional (2013 - atual), atualmente afastado por cessão ao STJ para exercer o cargo de assessor de Ministro (2017 - atual). Como procurador, atuou na representação da Fazenda Nacional perante os Tribunais Superiores (2013/2016), na PFN - Paraíba (fev a set/2015) e na PFN - Amazonas (jan a jun/2017). É mestre e doutorando em direito pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), possui pós-graduação em Direito Constitucional e em Direito Tributário.

<http://lattes.cnpq.br/0479378449313859>

Simone Trento

É graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (2003), especialista em Política Judiciária e Administração da Justiça pela PUC/PR (2006), mestre (2012) e doutora (2016) em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná. É Juíza de Direito desde 2004. Já atuou como juíza instrutora no STJ. Atualmente, atua como juíza auxiliar no gabinete da presidência do TSE.

<http://lattes.cnpq.br/2064914718594909>

Otávio Augusto Buzar Perroni

Procurador Federal (AGU). Assessor de Ministro (STJ). Professor Voluntário (UnB). Professor de língua italiana. Bacharel em Direito e em Letras Português (UnB). Especialista em Processo Civil (Unisul e IBDP). Ex-advogado da CAIXA. Ex-Coordenador-Geral Substituto de Reintegração Social e Ex-Coordenador de Execução Penal (Ministério da Justiça). Publicou vários artigos jurídicos e textos literários.

<http://lattes.cnpq.br/2748558158038101>

Vinicius Ferreira Dias

Mestrando em Direito pela Universidade de Brasília - UNB. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2009) e Pós-graduação *lato sensu* pela Fundação Escola do Ministério Público e Territórios – FESMPDFT (2012). Exerceu a docência como professor orientador do Núcleo de Prática Jurídica no UNICEUB. Atualmente cursa o LLM em Direito Tributário na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Exerce cargo de Assessor de Ministro do STJ.

<http://lattes.cnpq.br/6850154888992229>